



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 196/2016


1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Fazenda, número SIC em epígrafe, sobre consulta atualizada às provisões de recursos para isenções fiscais decorrentes do Programa de Ação Cultura - PROAC/ICMS.
2. O órgão demandado, inicialmente silente, explicou em grau recursal que os recursos destinados a projetos por meio do aludido programa não compõem propriamente o orçamento do Estado, sendo depositados diretamente nas contas bancárias destinadas aos projetos. Insatisfeito, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Após comunicação estabelecida com o interessado, consultou-se a Secretaria da Fazenda quanto à possibilidade de extração de relatório que retratasse os valores autorizados para depósito, a partir do sistema que emite os boletos de pagamento do programa. Em resposta, a Pasta informou que “não é possível informar em tempo real, como requer o solicitante, o valor consumido (ou aquele ainda disponível) do montante estabelecido para utilização no Programa” (fl. 14).
4. Em síntese, explicou o recorrido que o efetivo pagamento dos valores é feito diretamente pelos contribuintes aos projetos habilitados, não sendo possível o controle em tempo real. Nesse sentido, o controle é feito apenas em relação ao valor global dos boletos emitidos, cuja geração é interrompida quando atingido o montante definido previamente como teto. Quando esse limite é alcançado, a Secretaria da Fazenda procede à apuração dos valores efetivamente pagos, reabrindo o sistema para emissão de boletos caso ainda haja espaço disponível para tanto.
5. Assim, argumentou o órgão que o atendimento do pedido seria tecnicamente inviável, cumprindo o disposto no artigo 11, §1º, inciso II, da Lei nº 12.527/2011. Cumpre lembrar que é responsabilidade do ente demandado avaliar a disponibilidade da informação pleiteada, não podendo esta Ouvidoria Geral, via de regra, substituí-lo nesse juízo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ademais, há que se reconhecer a presunção de veracidade que reveste os atos da administração pública, inclusive a informação prestada no âmbito do presente expediente, conforme entendimento assente desta Ouvidoria Geral do Estado e mesmo da Controladoria Geral da União, segundo a qual: “a alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).
7. Ante o exposto, considerando a indisponibilidade da informação requerida, conforme manifestação da Coordenadoria da Administração Tributária, **conheço do recurso e**, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II e III, da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de junho de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

GSC